



CONTEXTOS SOCIOLINGUÍSTICOS DOS PALOP: CONTRIBUIÇÕES PARA COMPREENSÃO DO CONTATO LINGUÍSTICO EM ÁFRICA

SOCIOLINGUISTICS CONTEXT OF THE PALOP: CONTRIBUTIONS TO THE UNDERSTANDING OF LANGUAGE CONTACT IN AFRICA

Cássio Rubio¹

Universidade Federal de São Carlos

Resumo: Objetiva-se, neste trabalho, apresentar a caracterização sociolinguística preliminar dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, com o intuito de estabelecer um quadro comparativo, com foco principal no emprego das diferentes línguas, buscando revelar contextos peculiares, embora todos os cinco países possuam a língua portuguesa como idioma oficial. O corpus empregado é composto de entrevistas semiestruturadas de 50 informantes, divididos de forma equânime entre os países. O estudo tem como base os pressupostos teóricos da Sociolinguística Laboviana (LABOV, 1966, 2008). Os resultados revelam diferentes configurações linguísticas, com línguas em contato exercendo múltiplas funções em cada uma das comunidades. Esses e outros resultados revelam mosaicos linguísticos únicos nos territórios, permeados pela cultura e história desses povos.

Palavras-chave: PALOP; Língua Portuguesa; Perfil sociolinguístico; Contato linguístico.

¹ E-mail: cassiorubio@ufscar.br.

Abstract: *The objective of this work is to present the preliminary sociolinguistic characterization of Portuguese-speaking African Countries, in order to establish a comparative framework, with a main focus on the use of different languages, seeking to reveal particular contexts, although all five countries have Portuguese as their official language. The corpus used is composed of semi-structured interviews with 50 informants, evenly divided between the countries. The study is based on the theoretical assumptions of Labovian Sociolinguistics (LABOV, 1966, 2008). The results reveal different linguistic configurations, with languages in contact playing multiple roles in each of the communities. These and other results reveal peculiar linguistic mosaics in the territories, permeated by the culture and history of these people.*

Keywords: PALOP; Portuguese language; Sociolinguistic profile; Linguistic contact.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos linguísticos e, em especial, os sociolinguísticos, permitiram a revelação da heterogeneidade e da complexidade linguística existente no Brasil, com a presença de inúmeras variedades do português brasileiro e de centenas de outras línguas (como as indígenas, de imigrantes e de sinais) e as complexas redes de relações entre povos e culturas em território nacional. Trabalhos investigativos já demonstraram haver regiões e comunidades que experienciam situações de contato entre línguas ou cenários nos quais o português não é adquirido como primeira língua. Esses contextos ímpares, contudo, estão mais restritos às regiões fronteiriças com outros países e às comunidades de línguas minoritárias (como as de imigrantes, de surdos e de indígenas, por exemplo), cabendo à grande maioria da população brasileira o monolinguismo e a aquisição e convívio apenas com a língua portuguesa, que, além de oficial em todo o território, também se configura como língua nacional.

Esse predomínio da língua portuguesa no Brasil, como língua majoritária, reflete a efetividade e eficácia de políticas linguísticas de séculos anteriores, com o colonizador imprimindo fortemente seu domínio sobre os povos locais e buscando eliminar cultura e língua locais. Contudo não é essa a realidade experimentada por todas as ex-colônias portuguesas, que, por uma diversidade de fatores relacionados aos territórios e aos interesses portugueses, os quais não serão discutidos neste texto, evidenciam contextualizações

sociolinguísticas bastante diferentes da observada no Brasil, com uma realidade de bilinguismo ou multilinguismo social.

As interações linguísticas e sociais de um número expressivo de falantes brasileiros, que têm o português como língua única de interação, seja em sua variedade culta ou popular, levam a uma falsa concepção de que a realidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) também é de monolinguismo e, ainda, apontam uma tendência à crença de que todas as ex-colônias de Portugal possuem a mesma configuração linguística. O contato com comunidades bilíngues e multilíngues, entretanto, revela uma realidade diferente da realidade de falantes monolíngues brasileiros e suscita outros debates, que ultrapassam a caracterização da língua portuguesa falada nesses contextos.

Merece investigação, além (e talvez antes) da variação no português dos PALOP, a configuração linguística daqueles países, com a revelação das características do contexto de contato e convívio entre línguas, permitindo, por exemplo, que se compreenda que, apesar de oficial, o português pode não ser a língua de maior emprego e a língua nacional em determinada comunidade (RUBIO, 2021, p. 37).

As configurações ímpares, principalmente em África, nos PALOP, denotam diferentes formas de convívio entre línguas e distintas funções das variedades de língua portuguesa em cada um dos países, as quais se revelam entremeadas por diferentes culturas e redes de relações sócio-históricas, com contextos de contato linguístico ativos em grande parte do ou em todo o território. Uma realidade, em alguns casos, bastante divergente da brasileira, que suscita a necessidade também de uma abordagem diferente para estudo de fenômenos e características do português e de outras línguas desses países.

Com base nesses apontamentos iniciais, busca-se, neste debate, apresentar uma caracterização sociolinguística preliminar de falantes dos cinco PALOP (Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo

Verde), com foco em alguns aspectos que envolvem o contato entre línguas, o papel das diferentes línguas nos territórios, o perfil sociolinguístico e a configuração de fatores sociais tidos como não clássicos, como, por exemplo, etnia.²

Essas revelações proporcionam, de forma modesta, mais subsídios para a descrição das variedades de português africano e a possibilidade de estudos comparativos entre os PALOP e, por sua vez, desses com estudos de variedades brasileiras, europeias e asiáticas. Complementarmente, abre-se caminho para maior reconhecimento e preservação do rico “mosaico linguístico” africano, que, para muito além das línguas europeias transplantadas para lá (como o português), abriga suas centenas de línguas étnicas e as línguas originadas em situações de contato entre colonizadores e colonizados (ainda denominadas genericamente de “crioulas”).^{3,4}

Essa realidade suscita estudos que investiguem, antes das características das variedades de língua portuguesa empregadas pelas comunidades: i) a frequência de falantes bilíngues ou multilíngues; ii) a diferença entre língua oficial e língua nacional; iii) a língua de emprego mais frequente; iv) a(s) primeira(s) língua(s) adquirida(s) pelos falantes; v) a idade e contexto de aquisição do português; vi) a língua empregada no seio familiar; vii) a influência de diferentes variáveis sociais, como, por exemplo, a etnia etc.

² Considerando a etnia como o termo empregado para apontar características culturais que relacionam um grupo de pessoas, ou uma categoria social que se baseia em percepções da experiência social compartilhada ou das experiências de ancestrais (AMSELLE, 2014).

³ Em consonância com o que defendem Degraff (2001), Dewulf (2014) e Mufwene (2001), que a denominação “crioulas”, empregada para línguas originadas em situação de contato nas ex-colônias europeias, principalmente em África, foi cunhada com base em critérios não linguísticos, a considerar, em primeiro lugar, que todas as línguas naturais foram e são originadas em situação de contato linguístico e, em segundo lugar, que todas as línguas denominadas de “crioulas”, sob o ponto de vista sociolinguístico, são plenas, completas, complexas e funcionais. Em outras palavras, em nada diferem de outras línguas não classificadas como crioulas.

⁴ Nas menções às línguas “crioulas” originadas pelo contato entre portugueses e africanos em Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, ex-colônias portuguesas, optar-se-á pelas seguintes denominações, respectivamente: “Guineense”, “Cabo-verdiano” e “Santomense”.

Inicialmente, estabelece-se uma discussão, com base em estudos anteriores e no aparato teórico da sociolinguística, sobre alguns aspectos da realidade complexa vivenciada nos PALOP, com foco nas situações de contato linguístico e de multilinguismo, com línguas exercendo diferentes funções. Com base em inquéritos submetidos a falantes dos PALOP, posteriormente, apresenta-se uma caracterização sociolinguística preliminar, com dados relacionados à etnia, primeira língua, língua dos pais, língua de emprego mais frequente e línguas em contato, entre outras características. Os resultados permitem um comparativo entre os perfis dos falantes desses países, o que proporciona mais subsídios para auxílio na elaboração de *corpora* de amostras de fala e para estudos sociolinguísticos das variedades africanas de língua portuguesa.

1 COMUNIDADES LINGUÍSTICAS À LUZ DA SOCIOLINGUÍSTICA

A descrição e análise do contato entre diferentes línguas e da heterogeneidade linguística sempre foram objetos de pesquisa da Sociolinguística, que, já em sua gênese, concebe a língua em constante relação com a sociedade, sendo ambas mutuamente influenciadas (LABOV, 1966; 2008). O olhar investigativo dos estudos sociolinguísticos se volta sempre para a coletividade e a diversidade de situações em que as línguas são empregadas e para a observação das relações e valores sociais estabelecidos nas interações verbais.

As comunidades não apresentam somente comportamentos heterogêneos de usos de uma mesma língua, mas também de emprego de línguas diferentes, principalmente em contextos de línguas em contato. Essa é uma realidade comum em territórios de forte diversidade étnica ou de grande fluxo migratório, como de algumas regiões do continente africano. O contato linguístico é prática recorrente na história das línguas humanas e resulta do

estabelecimento das relações de diferentes naturezas entre os povos que possuem línguas diferentes (LUCCHESI, 2008).

Segundo Petter (2015), em território africano, as línguas em contato assumiram diferentes papéis em período pós-colonial, graças às políticas linguísticas dos governos, as quais tiveram consequência direta na seleção e hierarquização dos usos linguísticos, com línguas tidas como majoritárias sendo mais valorizadas, e com línguas minoritárias apresentando emprego mais restrito ao ambiente familiar, sendo desprestigiadas e até desaparecendo. A autora destaca que a seleção das línguas das antigas colônias como oficiais foi justificada pela ausência de relação com determinado povo ou etnia e permitiu a instauração da unidade nacional, além de proporcionar meio de comunicação entre diferentes comunidades no país. As línguas locais se vinculavam a uma determinada região, a determinado grupo étnico ali predominante e, além disso, não dispunham de um sistema de escrita que poderia ser usado na administração e no ensino. Nessa configuração pós-colonial, surge a língua dominante, com “superioridade demográfica e socioeconômica”, e, embora não seja primeira língua dos falantes, constitui-se em língua franca, de emprego como segunda língua de grande percentual da população (PETTER, 2015, p. 200). Consequentemente, há um bilinguismo ou multilinguismo, com emprego concomitante de línguas étnicas, locais, e das línguas francas. A configuração desses “caldeirões linguísticos” irá depender do número de línguas étnicas, da presença dos chamados “crioulos”, da maior ou menor implementação da língua dos ex-colonizadores e da língua dominante na comunidade.

2 CONTATO LINGUÍSTICO

Mackey (1972 apud KRUG, 2004, p. 20) reitera que o bilinguismo e o multilinguismo não devem ser considerados conceitos absolutos e sim relativos e não se pode apontar que um indivíduo é bilíngue ou multilíngue, outrossim

em que medida ele é bilíngue ou multilíngue. Dessa forma, deve-se analisar: Quantas línguas estão presentes na comunidade? Qual língua é empregada em determinadas situações? Há influências de uma língua sobre a(s) outra(s)? Há flutuações no emprego das línguas pelos indivíduos? Qual a ordem de aquisição das línguas? Que funções sociais assumem as línguas? É essencial, na análise do contato entre línguas, considerar as variações dentro da comunidade, a depender de fatores como grau, função, alternância e interferência.

Para Krug (2004), importa, nas situações de contato, analisar as funções externas das línguas, observando-se as zonas de contato, e as funções internas, em usos relacionados ao falante, em situações de interação. Na análise da alternância, deve-se observar o quanto as línguas são empregadas em diferentes funções de interação. Por último, é essencial a consideração de elementos de uma língua que estão, de alguma forma, presentes na outra.

Em uma situação de bilinguismo ou multilinguismo, não são apenas as línguas que estão em contato, mas também culturas, que ocupam um só espaço (AGUILERA; BUSSE, 2018). Há modos diferentes de “pensar e organizar a realidade”, que irão se apresentar nos processos de interação reais. O falante bilíngue emprega as línguas que domina de acordo com diferentes situações comunicativas e interlocutores, de forma seletiva, coletiva ou simultânea a depender de seus objetivos (RUBIO, 2021).

Labov (2008, p. 57) acrescenta que “grupos diferentes têm de responder a desafios diferentes a seu *status*”, ou seja, os usuários de línguas minoritárias, por exemplo, enfrentarão adversidades no emprego de sua língua que os usuários das línguas majoritárias não enfrentam. De acordo com Wardhaugh (1992 apud ARAGÃO, 2010, p. 36-37), “os dialetos sociais, originados entre os grupos sociais, dependem de uma série de fatores, sendo os principais deles aparentemente pertencentes à classe social, à religião e à etnicidade”. Assim, a complexa rede de relações pelas quais passam os indivíduos em diferentes

contextos sociais, culturais e históricos irá influenciar diretamente a evolução das línguas, principalmente por permitir o contato e convívio entre elas.

A análise de situações de bilinguismo não deve se pautar apenas em questões puramente estruturais, pois extrapolam a abstração comumente feita pelos linguistas. Weinreich (1953 apud WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 96) defende que, ainda que a esfera de atuação de um linguista deva ser puramente linguística, questões de natureza psicológica e sociológica podem ser essenciais na observação da “extensão, direção e natureza da interferência de uma língua sobre outra” e o comportamento de fala de indivíduos bilíngues, por sua vez, é condicionado por relações sociais na comunidade em que vive.

A avaliação que um falante bilíngue faz das línguas que possui é bastante complexa, podendo apresentar caráter dinâmico e variável, a depender de questões relacionadas ao contexto situacional e, ainda, às diferentes fases pelas quais o falante passa. Krug (2004) afirma que um falante bilíngue pode se identificar mais com uma língua ou com a outra, a depender do contexto em que se encontra, revelando um biculturalismo e uma bicompetência linguística.

3 CONTEXTO LINGUÍSTICO DOS PALOP: ALGUNS ESTUDOS

Os PALOP possuem em comum um histórico de opressão linguística, com a língua portuguesa funcionando, na maioria das vezes, como elemento de segregação social, com circulação majoritária em ambientes de instituições oficiais e escolares, sendo ainda predominante nas zonas urbanas, relacionada, sobretudo, à possibilidade de ascensão social e econômica (TOSATTI, 2020). Contudo, os cinco países, nos quais “oficialmente” se fala português, apresentam realidades bastante peculiares, as quais, ainda, não foram totalmente desveladas. As muitas línguas africanas não se encontram catalogadas ou descritas e as políticas linguísticas governamentais de grande

parcela dessas nações ainda primam pelo ensino monolíngue, em língua portuguesa.

Na sequência, evidenciam-se, de forma sucinta, traços da realidade sociolinguística dos PALOP, com base em estudos anteriores que se debruçaram sobre a temática.

3.1 Angola

Em Angola, o contato linguístico entre o português e as línguas banto (bantu) não originou, como em outros PALOP, as chamadas línguas “crioulas”, mas sim uma variedade particular de língua portuguesa, que, segundo Sassuco (2021), apresenta características próprias, principalmente no plano fonético, lexical, sintático e, em alguns fenômenos como a hibridação, a integração lexical e a monotongação.⁵ Ainda segundo o autor, a distinção entre as variedades se instancia por fatores sociais, como região sociocultural do falante, e presença maior ou menor de línguas locais, que determina também acentuação dos traços típicos do chamado português angolano.

Para Santana e Timbane (2021), a divisão da África não levou em consideração aspectos relacionados à diversidade linguística e ocasionou a separação física de famílias e de grupos étnicos, entretanto o grande número de línguas já empregadas no território angolano fez com que a variedade de língua portuguesa do país apresentasse atualmente traços originados do contato linguístico de séculos com diversas línguas africanas, principalmente do grupo banto. Dessa forma, há, em Angola, segundo os autores, uma variedade única de língua portuguesa, inclusive com expressiva produção literária, falada pela maioria da população do país.

⁵ A integração lexical refere-se ao modo como palavras de origem banto se ajustam para o português falado em Angola. A hibridização refere-se à formação de palavras com componentes de línguas banto e do português. A monotongação, por sua vez, é a mudança fonética caracterizada pelo apagamento da semivogal em ditongos, como ocorre em “maneira” que passa a “manera”.

Além do já mencionado, Inverno (2008, p. 171) destaca características linguísticas específicas da língua portuguesa falada no país, como variação na concordância de número e gênero em componentes do sintagma nominal sujeito (como, por exemplo, em: “estas duas mulher” e “no mesmo barriga”), na relação entre o sujeito e o verbo (como em: “documentos que vai para Luanda”) e, ainda, entre o sujeito e o predicativo (como ocorre em: “um dia seremos campeão”). Some-se a isso o emprego do possessivo posposto ao nome (“um dos alunos seus”), o emprego do pronome reto em lugar do oblíquo (“deixa ele falar”) e o apagamento do “se” reflexivo (“ele chama_MS”).

Embora o português, em Angola, esteja ainda em contato com diferentes línguas locais, há um grande crescimento de angolanos que o possuem como primeira língua, o que pode ser justificado por ser a língua oficial, empregada em todos os atos administrativos do Estado, por ser língua de ensino e de unidade nacional (GUELEKA, 2021).

Silva e Araújo (2021) ressaltam que Angola ainda é um país multilíngue, com línguas étnicas sendo empregadas em determinadas regiões, contudo as diversas guerras civis ocorridas no território levaram a deslocamentos populacionais e, conseqüentemente, redução no emprego de meios de comunicação locais. Os conflitos fizeram com que boa parte dos habitantes de zonas rurais, ainda falantes de línguas étnicas, migrassem para regiões urbanas, nas capitais das províncias, onde o português era e é predominante. Dessa forma, a situação atual do país, principalmente nos centros urbanos, é de predomínio da variedade de português angolana e de acantonamento das línguas étnicas, quase sem usuários que as possuam como primeira língua (ZUA, 2021).

3.2 Cabo Verde

Em Cabo Verde, diferentemente da configuração linguística angolana de predomínio do português, há, conforme aponta Vilela (2017), a presença de uma língua originada na situação de contato entre colonizadores e colonizados, denominada caboverdiano (*kabuverdianu*), com inúmeras variedades, empregadas em todo o país.

Há diferentes configurações de usuários, alguns bilíngues, com emprego do português e do caboverdiano, outros que, apesar de compreenderem o português, empregam de forma mais efetiva o caboverdiano, e os que são monolíngues e empregam apenas o caboverdiano. Dessa forma, a primeira língua da maior parte da população, preferida na comunicação diária informal, sobretudo oral, é o caboverdiano (FREITAS, 2017).

Tosatti (2020) ressalta que há uma série de políticas linguísticas em implementação em Cabo Verde buscando a introdução da língua nacional no processo de escolarização, no qual ainda predomina a língua portuguesa. Há, no país, segundo Torquato (2011), um conflito entre a manutenção da cultura e tradição, proporcionado pela preservação do caboverdiano, e a necessidade de internacionalização e globalização, atrelada à expansão do português.

Outra questão de debate no país é a determinação de quais variedades devem figurar no ensino regular, junto da língua portuguesa, já que cada ilha possui uma variedade diferente de caboverdiano. Há diferentes propostas, as quais apontam para caminhos diversos, com a determinação de uma variedade como padrão (a de Santiago, por exemplo, empregada por mais da metade da população) ou com a proposta de ensino de uma variedade interilhas (TOSATTI, 2020).

3.3 Guiné-Bissau

Na realidade de Guiné-Bissau, convivem mais de 20 a 30 línguas, entre as quais as línguas étnicas, presentes nas interações familiares e intraétnicas, o Guineense, originado do contato entre portugueses e habitantes locais, e o português, oficial em todo o território.⁶

Existem, no país, atualmente entre 30 e 35 grupos étnicos, e as etnias com maior expressão na Guiné-Bissau são: a Fula (28,5%), do leste do país, em Gabu e Bafatá, a Balanta (22,5% da população), das regiões sul (Catió) e norte (Oio); a Mandinga, com 14,7%, do norte do país; a Papel, com 9,1%, e, nas Ilhas de Pecixe e Jata, a Manjaca, com 8,3% (COUTO; EMBALÓ, 2010).

Cá e Rubio (2019), em estudo sobre a caracterização linguística de falantes de Guiné-Bissau, revelam, nesta configuração multilíngue e multiétnica, que as línguas presentes no país exercem diferentes papéis nas interações sociais. Apesar de o português se constituir em língua oficial, normalmente, não é primeira língua da comunidade, sendo adquirida apenas em idade escolar. Além disso, verifica-se que o guineense, língua de unidade nacional, ou as diferentes línguas étnicas presentes no território constituem-se primeiras línguas dos falantes.

Nas situações de interação oral, em todo o país, há o predomínio do guineense, que é tido, inclusive, como língua franca entre as diferentes etnias. A língua também é a segunda adquirida pelos falantes que aprendem as línguas étnicas em primeiro lugar (Rubio, 2021).

O guineense goza de prestígio local, instanciado pelo seu predomínio em todo o país, ou seja, por sua superioridade demográfica em relação às outras línguas, e o português, prestígio no plano internacional, vinculado à

⁶ A estimativa esparsa (entre 20 e 30 línguas) se deve ao fato de não haver total consenso entre pesquisadores, na catalogação de línguas e de variedades da mesma língua. Associa-se a isso o fato de haver poucos estudos sobre línguas étnicas em Guiné-Bissau.

importância de seus falantes do ponto de vista econômico e social (RUBIO; CÁ, 2019).

3.4 Moçambique

Como ocorre em Guiné-Bissau, a única língua oficial de Moçambique é o português, embora o território apresente populações do grupo banto, com mais de 20 diferentes línguas em contato (TIMBANE; VICENTE, 2017). O país multilíngue e multicultural possui, segundo Ngunga e Bavo (2011), outras línguas de emprego frequente nas interações e de percentual expressivo de pessoas que as possuem como primeira língua, como a makhuwa (26% da população), a changana (10% da população) e a (chi)sena (8% da população).

As línguas de Moçambique estão distribuídas entre as províncias, de modo heterogêneo, sendo predominantes em alguns locais e praticamente ausentes em outros. A makhuwa, por exemplo, está presente em Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Sofala e Zambézia; a changana é empregada em Gaza, Maputo, Manica, Inhambane e Niassa (NGUNGA; BAVO, 2011).

Timbane e Vicente (2017, p. 96) ressaltam que “os limites políticos são diferentes dos limites linguísticos”, ou seja, as línguas ultrapassam as demarcações territoriais dentro do país e até mesmo entre países, principalmente porque os territórios foram divididos sem a consideração de culturas e línguas já presentes no continente africano, apenas com base nos interesses econômicos dos colonizadores europeus.

Nas zonas urbanas, o contato com o português é mais frequente e a língua é empregada também em situações do dia a dia. Sendo assim, ainda que haja a presença de línguas locais no ambiente familiar, há, nas zonas urbanas, o contato com a língua oficial oral antes da idade escolar.

3.5 São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe, atualmente, em termos de frequência, é a ex-colônia portuguesa com maior número de falantes nativos do português, o que pode ser explicado por uma possível ausência de políticas linguísticas para preservação das línguas locais, além da estigmatização do santomense (também chamado de “crioulo santomense”, “forro” ou “santome”) (GONÇALVES; HAGEMEIJER, 2015; NASCIMENTO, 2018b). Segundo Agostinho e Bandeira (2021), em São Tomé e Príncipe, quatro diferentes línguas crioulas são faladas, o santome, o lung’le e o angolar (autóctones), e o kabuverdianu (nativo da Alta Guiné). O santome e o angolar tem sua origem na Ilha de São Tomé, o lung’le, na Ilha do Príncipe, gozando as três do estatuto de línguas nacionais. Entretanto, a escolarização no país, segundo Tosatti (2020), ocorre em língua portuguesa, sem muito espaço ou menção a essas possíveis outras línguas ainda presentes no território.

Araújo (2020, p. 173) aponta que “um complexo processo sócio-histórico” fez com que as línguas empregadas no território (tanto as autóctones, quanto as transplantadas) fossem apagadas, por “um difuso desejo das elites locais” de permanecerem ligadas ao Império e a sua língua, para que esses grupos pudessem se beneficiar dessa ligação. A configuração sociolinguística atual do arquipélago, com menor diversidade linguística do que outras ex-colônias portuguesas em África, decorre desse processo sócio-histórico e da imposição dos grupos dominantes, os quais limitam, inclusive, as ações do Estado.

O processo de colonização no país ocorreu em dois momentos distintos, historicamente constituídos, destacando-se: i) a primeira colonização, com o ciclo do açúcar, que promoveu a formação dos crioulos, com a migração de pessoas de outras colônias; ii) a segunda colonização, com os ciclos do café e cacau, que proporcionou a maior disseminação do português (Nascimento, 2018a).

Há evidências históricas de que as línguas locais eram mais empregadas do que o português em São Tomé e Príncipe até o início do século XX. Nascimento (2018b) aponta que o aumento gradativo do emprego da língua dos colonizadores se dá a partir dos séculos XVIII e XIX, quando passa a ser referência no contato entre trabalhadores contratados e fazendeiros. Após a independência, ocorrida em 1975, efetiva-se o português como língua oficial santomense, com ampliação do acesso ao ensino, exclusivamente oferecido nesta língua.

Passados mais de 40 anos da independência, considerando-se uma população total atual superior a 175 mil habitantes, quase 99% se declaram proficientes em português, apesar de parcela expressiva ainda dominar outra língua, como o forro (santomense) (36% da população), o caboverdiano (8% da população), o angolar (6% da população) e o lung'le (1% da população) (NASCIMENTO, 2018b).

4 CARACTERÍSTICAS DO CORPUS DE INVESTIGAÇÃO

Os estudos mencionados previamente dão conta de realidades e contextos sociolinguísticos heterogêneos entre os PALOP. Da mesma forma, esses contextos muito diferem dos contextos linguísticos em território brasileiro. Com base nessa configuração, busca-se, neste debate, longe de revelar toda a diversidade linguística dos PALOP, demonstrar o quanto uma amostra de falantes pode evidenciar sobre o perfil das comunidades e, além disso, proporcionar reflexão sobre a importância desse conhecimento prévio para estudos linguísticos em geral e, em especial, variacionistas.

A amostra da pesquisa foi composta por 50 informantes, sendo 10 de cada PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Os participantes eram todos universitários, homens e mulheres (50% de cada sexo), com idades entre 18 e 35 anos, graduandos da Universidade da

Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), dos Campi de Redenção e Acarape, estado do Ceará.^{7, 8,9}

O inquérito submetido aos participantes conta com um total de 35 questões, estruturadas e semiestruturadas, relacionadas ao perfil sociolinguístico dos estudantes e à avaliação e às crenças em torno das línguas que empregam.

Para este trabalho, considera-se apenas um recorte desse material, analisando-se apenas questões relacionadas ao perfil sociolinguístico, entre as quais: primeira língua adquirida, língua de maior emprego, segunda língua adquirida, quantidade de línguas empregadas, relação do português com outras línguas, língua dos pais etc.

Esses resultados quantitativos permitem, em primeiro lugar, confrontar (e confirmar) o contexto sociolinguístico descrito por outros pesquisadores, de forma pontual, em cada um dos PALOP e, em segundo lugar, subsidiar reflexão sobre a validade da presença de variedades naturais particulares de língua portuguesa em todos os países.

5 UM RECORTE DA REALIDADE SOCIOLINGUÍSTICA DOS PALOP

Considerando as questões apresentadas e os desafios enfrentados em pesquisas com comunidades bilíngues e multilíngues, propõe-se, a seguir, a apresentação de informações relacionadas ao perfil sociolinguístico de falantes

⁷ Os participantes da pesquisa foram informados sobre os objetivos da investigação e sobre a preservação e sigilo de suas informações pessoais, tendo assinado um TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) no ato das entrevistas.

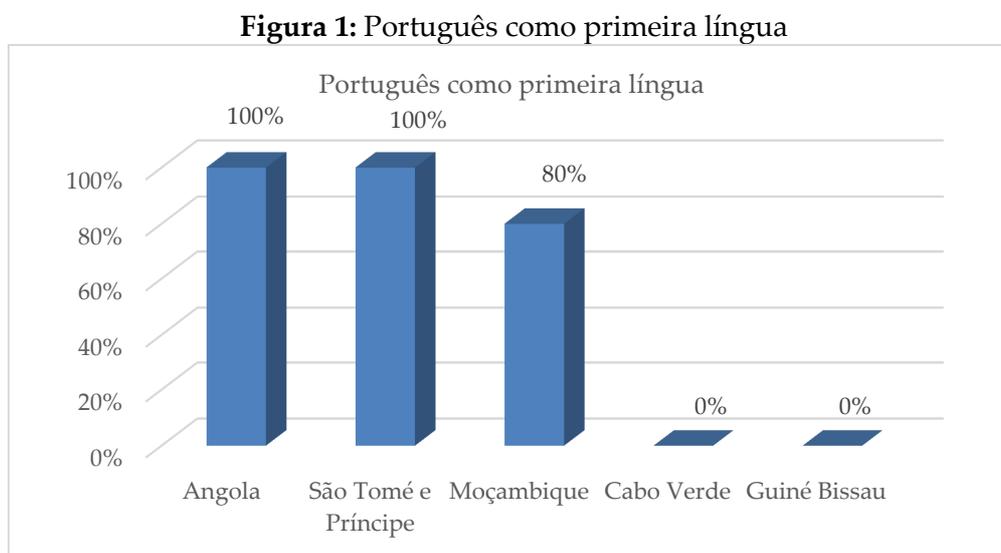
⁸ A Unilab é uma universidade federal de caráter internacional, com campi no interior do Ceará e da Bahia, que tem como propósito principal promover a integração entre países lusófonos, com a oferta de cursos de graduação a brasileiros e a estudantes internacionais falantes de português, em especial do continente africano.

⁹ A ausência de estratificação social para as variáveis escolaridade e faixa etária, justificada pelo fato de os participantes serem estudantes universitários, não diminui a importância dos resultados, que conjugam amostras de 5 diferentes países, com perfis semelhantes, proporcionando possibilidade de comparativo.

representantes dos PALOP. Seguem os resultados, elencados pelos tópicos abordados em cada questão.

5.1. PORTUGUÊS COMO PRIMEIRA LÍNGUA

Os informantes foram inquiridos sobre qual seria a primeira língua (L1) que haviam adquirido em seus países.¹⁰ O objetivo dessa questão era revelar se o português era a primeira língua nas comunidades ou se haviam adquirido a língua posteriormente, como segunda língua. Os resultados revelam que todos os angolanos e santomenses entrevistados e 80% dos moçambicanos têm o português como primeira língua. Em realidade bastante diferente, entretanto, a totalidade de caboverdianos e guineenses respondeu possuir outra língua como primeira (L1), tendo adquirido a língua portuguesa posteriormente, como se pode verificar na figura 1.



Fonte: elaborado pelo autor

¹⁰ Embora haja a possibilidade de que um indivíduo possa adquirir, como primeira língua ou língua materna (L1), simultaneamente, duas línguas, principalmente considerando-se um ambiente multilíngue, a totalidade de participantes registrou apenas uma língua como primeira adquirida.

Esse primeiro resultado anuncia que a realidade sociolinguística dos PALOP se apresenta multifacetada, com o português possuindo diferentes inserções nas comunidades afrolusófonas e com a presença mais marcante de outras línguas em determinadas comunidades.

O grupo de moçambicanos entrevistado que apontou não ser o português a sua primeira língua (20% dos entrevistados) revelou ter adquirido a changana como L1, uma denominação comum a variedades de língua faladas, principalmente, em três províncias moçambicanas do Sul (NGUNGA; SIMBINE, 2012).¹¹ Dentre o grupo de informantes de Guiné-Bissau, 60% apontaram possuir como L1 o guineense e o restante (40%), línguas étnicas, como o beafada, o felupe (ou felupe baiote) e o wolof. Todos os entrevistados de Cabo Verde informaram ser o caboverdiano (*kabuverdianu*) a sua primeira língua.

As línguas étnicas ocupam, nos PALOP, diferentes espaços, estando mais ou menos presentes em determinados territórios. Em Guiné-Bissau e Moçambique, um percentual expressivo de inquiridos teve como língua materna uma língua étnica, o que aponta a presença dessas línguas no ambiente familiar. Entre os caboverdianos, embora não haja o predomínio do português, não há a presença de línguas étnicas, mas sim do caboverdiano, língua local, originada em consequência do contato entre colonizadores e colonizados. Os resultados de Angola e São Tomé e Príncipe apontam uma realidade diferente, na qual o português ocupa o espaço familiar dos inquiridos, tendo sido adquirido como primeira língua por todos os entrevistados.

Complementarmente, foram solicitadas informações aos participantes sobre a língua dos pais ou responsáveis, para melhor compreensão do contexto linguístico familiar. Na sequência, os resultados.

¹¹ Os participantes da pesquisa de origem moçambicana advêm, em sua maioria, da província de Maputo, na qual há, segundo mencionaram Ngunda e Bavo (2011), o predomínio da língua changana.

Tabela 1: Primeira língua dos pais ou responsáveis

País	Línguas dos pais (nº absoluto, sendo 10 participantes por país)
Angola	português (9), kikongo/português (1)
Cabo Verde	caboverdiano (10)
Guiné-Bissau	guineense (9), guineense/wolof (1)
Moçambique	português (6), changana/português (2), changana/tswana (1), changana (1)
São Tomé e Príncipe	português (10)

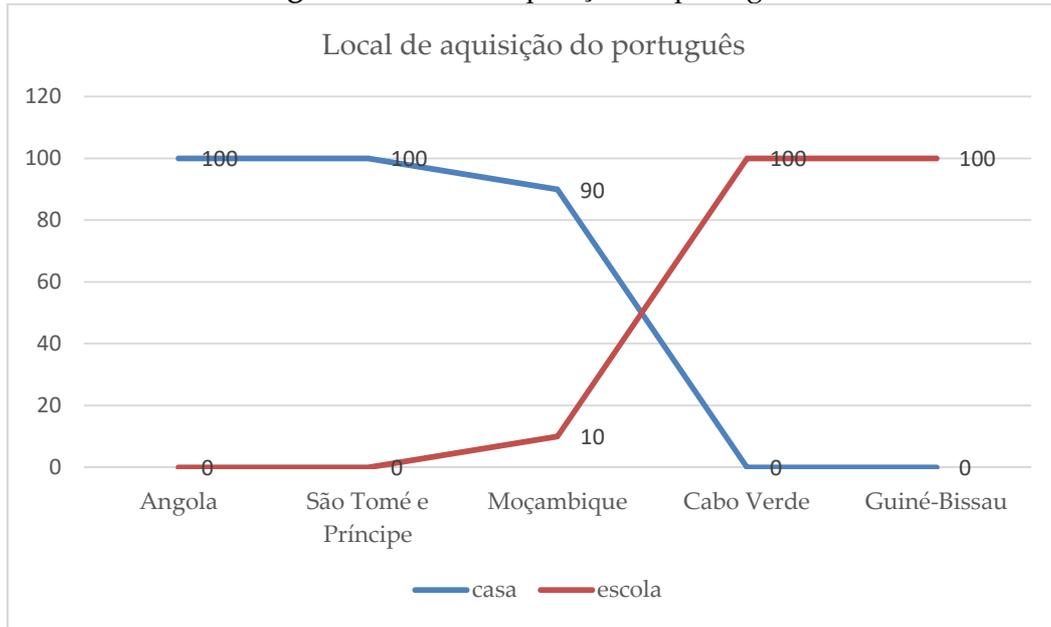
Fonte: elaborado pelo autor

Os dados relacionados às primeiras línguas dos pais confirmam realidades distintas entre os PALOP, com grande presença da língua portuguesa no ambiente familiar dos informantes de São Tomé e Príncipe, de Angola e de Moçambique (o contexto familiar deste último país revela, ainda, a presença de línguas étnicas junto do português). Os entrevistados de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, entretanto, viveram em contexto familiar diferente, convivendo com as línguas originadas em situação de contato, como o caboverdiano e o guineense. Essa diversidade se confirma também com base em outras questões propostas aos informantes.

5.2 Local de aquisição/aprendizagem do português

Considerando as diferentes configurações linguísticas dos informantes, com a língua portuguesa figurando como L1 em alguns países e como L2 (segunda língua) em outros, apresentam-se, na sequência, informações sobre o local de aquisição/aprendizagem do português.

Figura 2: Local de aquisição do português

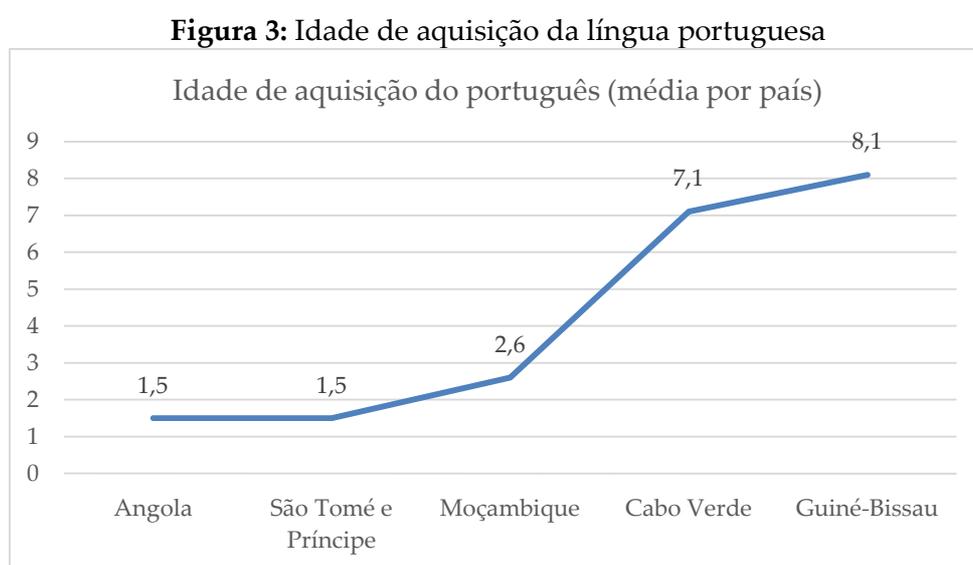


Fonte: elaborado pelo autor

A totalidade de entrevistados de Cabo Verde e de Guiné-Bissau adquiriu o português em ambiente escolar. Em realidade oposta, 100% dos angolanos e santomenses e 90% dos moçambicanos informaram ter adquirido a língua portuguesa em casa. Esses resultados, para além de evidenciarem contextos sociolinguísticos diferentes entre os países, provocam questionamentos principalmente sobre as variedades de língua portuguesa adquiridas no ambiente escolar, em situações de interação não naturais, por meio da figura de um detentor da língua alvo de aquisição, o professor. Nesses contextos, quais seriam as características da variedade linguística desse país? Estaria ela sujeita à variação e mudança linguística nos mesmos moldes das variedades brasileiras de português? Se sim, quais seriam os fatores que instanciaríamos esses processos? Com o intuito de dar sequência à discussão, apresenta-se, a seguir, a seção que considera a idade de aquisição do português pelos informantes.

5.3 Idade de aquisição do português

O objetivo da questão que buscava a verificação da idade de aquisição da língua portuguesa pelos entrevistados era o de revelar se teria havido uma aquisição mais tardia dessa língua ou se a aquisição teria ocorrido nos primeiros anos de vida. Trata-se de uma questão complementar às questões anteriores, mas relevante, a considerar que uma língua pode ser adquirida nos primeiros anos de vida, ainda que como segunda língua.

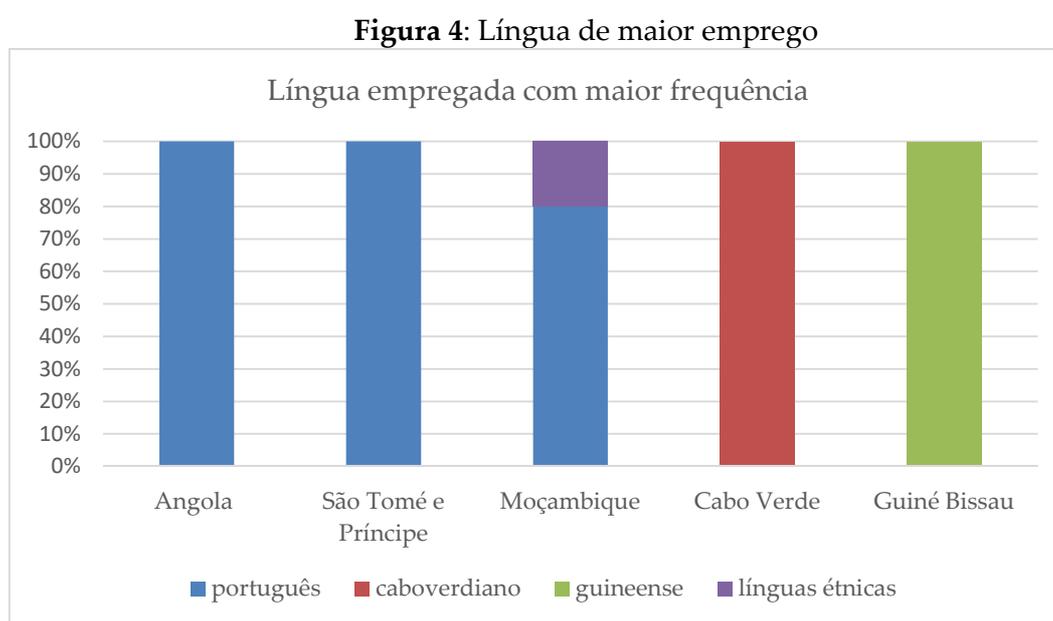


Fonte: elaborado pelo autor

Os resultados vão ao encontro do que havia sido verificado quanto à primeira língua adquirida e confirmam a heterogênea configuração sociolinguística dos PALOP, pois angolanos e santomenses apontaram idade média de aquisição de 1,5 anos de idade, e, em oposição, participantes guineenses e caboverdianos revelaram ter adquirido a língua portuguesa somente após os 7 anos de idade (2 caboverdianos e 3 guineenses informaram ter adquirido a língua portuguesa após os 10 anos de idade). Em posição intermediária, os moçambicanos entrevistados, com média de 2,6 anos de idade na aquisição do português, fato justificado devido a alguns o terem adquirido como L1 e outros como L2.

5.4 Língua de maior emprego

Os informantes foram inquiridos quanto à língua de maior emprego nas situações de interação linguística do dia a dia. Essa questão tinha como objetivo obter mais informações sobre a função das línguas para o usuário e apontar se a língua portuguesa predominava nos contextos de interação. Na figura seguinte, os resultados.



Fonte: elaborado pelo autor

Em Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique, há o predomínio da língua portuguesa nas interações linguísticas dos entrevistados (100%, 100% e 80%, respectivamente). Por outro lado, em Cabo Verde e Guiné-Bissau, as línguas locais (guineense e caboverdiano) são apontadas como mais empregadas. Os 20% restantes de moçambicanos revelam a presença mais marcante de línguas étnicas em sua comunicação do dia a dia. Esses resultados confirmam a configuração sociolinguística mencionada pelos vários estudos que constituíram nossa fundamentação teórica, evidenciando o predomínio (e domínio) do português como língua nacional e acantonamento de outras

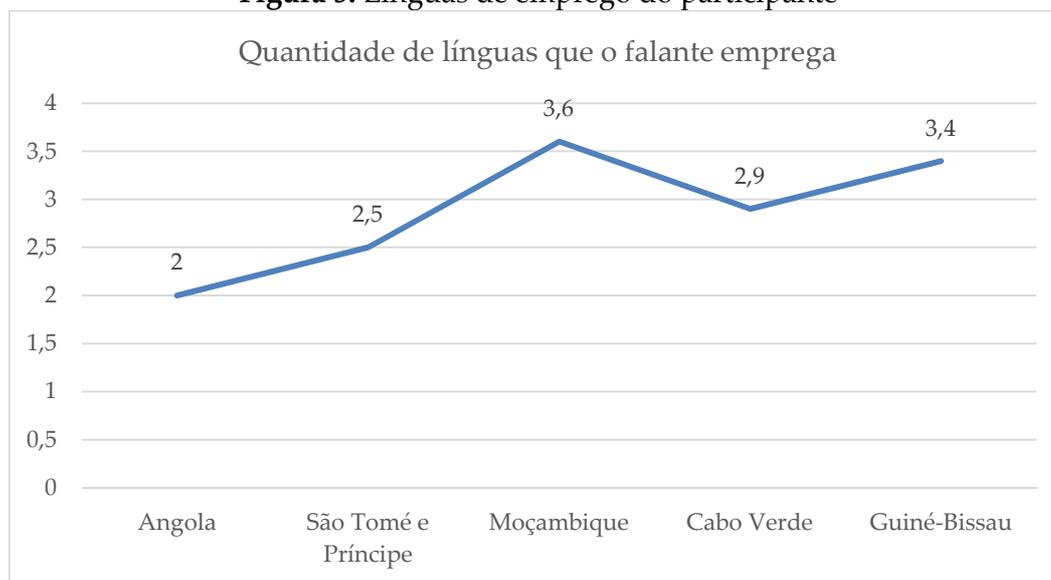
línguas locais em países como Angola e São Tomé e Príncipe. Da mesma forma, também em consonância com os nossos fundamentos, há uma situação de permanência (e resistência) marcante das línguas autóctones em Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Na sequência, resultados relacionados ao convívio entre essas e outras línguas nos PALOP.

5.5 Línguas de domínio/emprego

As pesquisas apresentadas anteriormente dão conta de que os PALOP são multilíngues, com a presença de inúmeras línguas locais, além da língua portuguesa e de outras línguas de colonizadores europeus, como o francês e o inglês (principalmente em regiões de fronteira com outros países não lusófonos). Ressalta-se, no entanto, que a realidade de contato linguístico é heterogênea, a depender de acontecimentos históricos, os quais barraram ou permitiram a sobrevivência de línguas autóctones nos territórios. Considerando-se esses apontamentos, apresentam-se, a seguir, os resultados sobre o quantitativo de línguas empregadas e/ou de domínio dos entrevistados em cada país.

Figura 5: Línguas de emprego do participante



Fonte: elaborado pelo autor

Confirma-se o emprego de duas ou mais línguas por todos os participantes, entretanto, em alguns países, há maior média de línguas do que em outros. Moçambique e Guiné-Bissau, por exemplo, destacam-se por apresentar, entre os entrevistados, média superior a 3,4 línguas de domínio e emprego. Os contextos desses países, entretanto, são bastante diferentes, pois, no caso de Guiné-Bissau, há línguas com funções diferentes, como as étnicas, empregadas na comunicação familiar e intraétnica; o guineense, de comunicação do dia a dia e interétnica, em todo o território, e o português, adquirido no ambiente escolar e de emprego nas situações formais. Em Moçambique, diferentemente, o português é empregado na comunicação interétnica e, com certa frequência, no dia a dia, e o mosaico linguístico se expande, com a presença de línguas étnicas e de outras línguas europeias, principalmente em Maputo, capital do país e região de grande proximidade da África do Sul (3 dos entrevistados do país, inclusive, revelaram domínio de mais de cinco línguas (entre elas, o inglês)).

5.6 Etnia dos participantes

Retomando-se o debate anterior, a etnia, nos PALOP, pode ser variável relevante, haja vista estar correlacionada diretamente às línguas autóctones, ou seja, a preservação da etnia de uma comunidade pressupõe também a preservação da língua a ela ligada. As respostas recebidas dos participantes variaram bastante e revelaram comunidades mais ou menos preservadas sobre o ponto de vista étnico, como vemos a seguir.

Tabela 2: Etnia dos participantes

País	Etnias
Angola	Bakongo (4), Kimbundo (4), Ovibundo (1), sem resposta (1)
Cabo Verde	Sem resposta (10)
Guiné-Bissau	Mancanha (3), Beafada (2), Balanta (2), Felupe (1), Manjaca (1), Mandinga (1)
Moçambique	Changana (4), (Xi)Chisena (2), Macua (1), Cango (1), sem resposta (2)
São Tomé e Príncipe	Forro (1), Angolar (1), sem resposta (8)

Fonte: elaborado pelo autor

Os resultados apresentam um panorama heteróclito entre os países, já que, em alguns deles, como Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, independentemente da configuração linguística, a identidade étnica ainda é fator de reconhecimento. Por outro lado, as respostas de caboverdianos e da maioria dos santomenses indicam menor presença de identidade étnica (ao menos entre os estudantes participantes). A total falta de resposta dos inquiridos de Cabo Verde é o que mais merece atenção, pois revela, sob o ponto da origem étnica, total apagamento dos resquícios de identidade daquele povo.

A configuração heterogênea dessas comunidades influencia diretamente nas características da língua portuguesa presente nos PALOP, principalmente em países nos quais as línguas étnicas são adquiridas como primeiras línguas e o português será adquirido posteriormente, por vezes, tardiamente, em ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos desse debate era proporcionar maior (re)conhecimento da realidade sociolinguística heterogênea dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), estabelecendo comparativo entre suas configurações e angariando mais subsídios de outros estudos já empreendidos.

De forma sucinta, comprovou-se que, apesar de haver uma união simbólica entre os PALOP, instanciada pelo fato de essas nações serem ex-colônias portuguesas e possuírem o português como língua oficial, há realidades bastante complexas nesses territórios, instanciadas, principalmente, por motivações históricas e sociais particulares. Do mesmo modo, embora todos os PALOP apresentem em comum um contexto multilíngue, há entrelaçamentos peculiares, com diferentes línguas em contato exercendo múltiplas funções e papéis nas comunidades, além de níveis de bilinguismo com configurações diversas.

Os resultados confirmam, na amostra considerada, que o português é a primeira língua (ou língua materna) de angolanos, santomenses e moçambicanos, mas não dos caboverdianos e guineenses. Em Cabo Verde e Guiné-Bissau, a aquisição da língua portuguesa se dá somente no ambiente escolar, predominantemente após os sete anos de idade, diferentemente do que ocorre nos demais países, nos quais se adquire a língua antes dos 3 anos. Embora o português, segundo os entrevistados, tenha sido a língua de maior emprego nas interações em Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique, não ocupa o mesmo espaço linguístico em Cabo Verde e Guiné-Bissau, onde predominam as interações em línguas locais de unidade nacional, o caboverdiano e o guineense, respectivamente.

As evidências apresentadas, ainda que frutos de recorte de amostra de informantes, possibilitam, modestamente, jogar luz sobre realidades sociolinguísticas peculiares, em contexto no qual o português coocorre e

concorre com inúmeras outras línguas, influenciando-as e por elas sendo influenciado. Some-se a isso o fato de as configurações dos PALOP terem sido historicamente construídas de maneira diferente, com a permanência das línguas africanas ou a origem de novas línguas, provenientes do contato entre povos dominantes e dominados.

Neste mosaico linguístico, composto de maneira única em cada um dos PALOP, fatores de diferentes naturezas, ligados à cultura e história das comunidades, exercem diferentes forças, as quais, necessariamente, devem ser consideradas em estudos que se propõem “sociolinguísticos”.

Propõem-se aqui algumas indagações, que podem fomentar debates futuros: Como investigar uma variedade de língua portuguesa adquirida como segunda língua, formalmente, em ambiente escolar? Que variáveis considerar, na composição de um corpus de fala, em contextos multilíngues, como os dos PALOP? Qual o papel das línguas em contato com o português nos diferentes países? Distante de propor resposta convincente para essas e outras questões, reitera-se apenas a importância, nos estudos sociolinguísticos, principalmente os que se debruçam sobre contextos de línguas em contato, da consideração de aspectos relacionados às diferentes línguas e suas funções nas comunidades, às configurações sócio-histórico-culturais dos territórios e ao perfil sociolinguístico dos falantes.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. A.; BUSSE, S. Contato linguístico e bilinguismo: algumas reflexões para o estudo do fenômeno da variação linguística. *Línguas & Letras*; v. 9, n. 16, p. 11-25, 2018.

AGOSTINHO, A. L. S.; BANDEIRA, M. Línguas Nacionais de São Tomé e Príncipe e Ortografia Unificada. *Revista Internacional Em Língua Portuguesa*, v. 31, p. 209-229, 2021.

AMSELLE, J. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In: AMSELLE, J; M'BOKOLO, E. (org.). *Pelos meandros da etnia: etnias, tribalismo e Estado em África*. Luanda/Mangualde: Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2014, p. 23-54.

ARAGÃO, M. S. S. Variantes diatópicas e diastráticas na língua portuguesa do Brasil. *Graphos*, v. 12, p. 35-51, 2010.

ARAÚJO, G. A. Há uma política linguística para o português em São Tomé e Príncipe?. In: SOUZA, S.; OLMO, F. C. (orgs.). *Línguas em português: A Lusofonia numa visão crítica*. Porto: Universidade do Porto Press, 2020, p. 173-197.

CÁ, I. N.; RUBIO, C. F. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 58, n. 1, p. 389-421, 2019.

COUTO, H. H.; EMBALÓ, F. Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau: um país de CPLP. *Papia – Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares*, n. 20, p. 11-253, 2010.

DEGRAFF, M. *Language Creation and Language Change: Creolization, Diachrony, and Development*. Cambridge, London: MIT Press, 2001.

DEWULF, J. E se todas as línguas fossem crioulas? Um olhar pós-colonial. In: RIO-TORTO, G. M.; FIGUEIREDO, O. M.; SILVA, F. (orgs.) *Estudos em homenagem ao professor doutor Mário Vilela*. Porto, 2014, p. 305-312.

FREITAS, S. Kabuverdianu moderno: alguns aspectos fonológicos. *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Língua Portuguesa em África: políticas linguísticas e crioulos em debate*, n. 31, p. 139-176, 2017.

GONÇALVES, R. M. G.; HAGEMEIJER, T. O Português num contexto multilíngue: O caso de São Tomé e Príncipe. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique*, v. 1, n. 1, p. 87-107, 2015.

GUELEKA, J. O processo de nativização do português em Angola. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. (orgs.). *O português delem Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção Editora, 2021, p. 174-193.

INVERNO, L. A transição de Angola para o português: uma história sociolinguística. In: TORRALBA, L. R.; PIMENTA, F.T.; SOUSA, J. S. (org.). *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008, p. 1-19.

KRUG, M. J. *Identidade e comportamento linguístico na percepção da comunidade plurilíngue alemão-italiano-português de Imigrante* – RS. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

LABOV, W. *The social stratification of English in New York city*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LUCCHESI, D. *Africanos, crioulo e a língua portuguesa*. 2008. Disponível em: [http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/10122008232732.pdf]. Acesso em: 25 jul. 2018.

MUFWENE, S. S. *The Ecology of Language Evolution*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

NASCIMENTO, F. M. V. R. T. R. A questão do contato linguístico. In: BRANDÃO, S. F. (org.). *Dois variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018a, p. 21-42.

NASCIMENTO, F. M. V. R. T. R. São Tomé e Príncipe: aspectos históricos, econômico-sociais e linguísticos. In: BRANDÃO, S. F. (org.). *Dois variedades africanas do português: variáveis fonético-fonológicas e morfossintáticas*. São Paulo: Blucher, 2018b, p. 43-74.

NGUNGA, A. SIMBINE, M. C. *Gramática descritiva da língua Changana*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA), 2012.

NGUNGA, A.; BAVO, N. *Práticas Linguísticas em Moçambique: Avaliação da Vitalidade Linguística em Seis Distritos*. Coleção: As nossas Línguas IV. Maputo: Centro de Estudos Africanos. Universidade Eduardo Mondlane, 2011.

PETTER, M. *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

RUBIO, C. F. Multilinguismo nos PALOP: perfil sociolinguístico e avaliação linguística em Guiné-Bissau. *Revista de Letras*. n. 40, v. 1, p. 34-47, 2021.

RUBIO, C. F.; CÁ, J. F. Avaliação do português e das demais línguas de Guiné-Bissau por estudantes guineenses do ensino secundário. *Caderno de Letras*, n. 33, p. 147-182, 2019.

SANTANA, Y. F. D.; TIMBANE, A. A. Evidências sociolinguísticas da variedade angolana do português e o combate ao preconceito linguístico. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P. UNDOLO, M. (orgs.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção Editora, 2021, p. 54-80.

SASSUCO, D. P. Problemática de contacto das línguas bantu de Angola e o português: um olhar sobre o contacto fonético-fonológico. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P. UNDOLO, M. (orgs.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção Editora, 2021, p. 13-42.

SILVA, J. S. ARAÚJO, S. S. F. Percurso histórico e sociolinguístico de Angola. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P. UNDOLO, M. (orgs.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção Editora, 2021, p. 217-238.

TIMBANE, A. A. VICENTE, J. G. O plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação linguística inovadora. *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Língua Portuguesa em África: políticas linguísticas e crioulos em debate*. n. 31, p. 91-112, 2017.

TORQUATO, C. P. As políticas linguísticas oficiais em Cabo Verde pós-independência: a construção da nação. *Letras*, v. 42, p. 151-184, 2011.

TOSATTI, N. M. O complexo mosaico da Língua Portuguesa nos países membros da CPLP: um breve panorama. *Revista Gatilho*, v. 19, p. 187-202, 2020.

VILELA, M. O cabo-verdiano visto por cabo-verdianos ou contributo para uma leitura da situação linguística em Cabo Verde. *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Língua Portuguesa em África: políticas linguísticas e crioulos em debate*. n. 31, p. 139-154, 2017.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ZUA, D. A. A influência da guerra civil angolana na hegemonia do português no Século XXI. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P. UNDOLO, M. (orgs.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. São Paulo: Opção Editora, 2021, p. 160-173.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 26 de setembro de 2022.

Aprovado em sistema duplo cego em: 01 de maio de 2023.